

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Processo de
EXECUÇÃO e
CUMPRIMENTO
de SENTENÇA

30^ª
edição

revista e
atualizada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 29.05.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2020 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Forense a partir da 30ª edição.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T355p

Theodoro Júnior, Humberto, 1938-

Processo de execução e cumprimento da sentença / Humberto Theodoro Júnior. – 30. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-9083-1

1. Direito processual – Brasil. 2. Processo civil – Brasil. I. Título.

20-63389

CDU: 347.91/.95(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária CRB-7/6439

SUMÁRIO

TÍTULO I

INTRODUÇÃO ÀS TÉCNICAS DE EXECUÇÃO FORÇADA

Capítulo I – AS VIAS DE EXECUÇÃO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	1
1. Tutelas jurisdicionais	1
2. Breve histórico da ação executiva	1
3. As sucessivas reformas do processo civil brasileiro, que culminaram com a abolição da <i>actio iudicati</i> , no campo do cumprimento das sentenças, e com a implantação em caráter geral da <i>executio per officium iudicis</i> (sistema mantido pelo CPC/2015)	4
4. A modernização da execução do título extrajudicial	9
5. Principais inovações da execução do título extrajudicial e direito intertemporal	9
6. Vias de execução disponíveis no moderno processo civil brasileiro.....	11
7. Nova estrutura do presente livro.....	13

TÍTULO II

O PROCESSO DE EXECUÇÃO DISCIPLINADO PELO LIVRO II DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Capítulo II – EXECUÇÃO FORÇADA	15
8. Processo de execução.....	15
9. Evolução histórica da execução.....	17
10. A execução no direito brasileiro.....	18
11. Tendências do processo de execução no direito brasileiro	20
12. Opção entre ação executiva e ação cognitiva	22
13. Meios de execução	25
14. Ampliação do uso dos meios coercitivos pelo CPC/2015 (medidas atípicas)....	26
15. Modalidades dos meios de execução	29
16. Natureza do processo de execução.....	30

17.	Processo de execução e processo de conhecimento. Diferenças essenciais.....	32
18.	Autonomia do processo de execução	34
19.	Autonomia da execução e as reformas do CPC de 1973.....	36
20.	A execução forçada no atual Código de Processo Civil.....	36
21.	Objetivo da execução.....	37
22.	Condições e pressupostos da execução	38
23.	A função do título executivo.....	40
24.	Princípios informativos do processo de execução	42
25.	As várias modalidades de execução.....	48
26.	Atos de execução	49
27.	Relação processual executiva.....	50
28.	Citação executiva.....	51
29.	Princípio da oficialidade	51
Capítulo III – ELEMENTOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO		53
30.	Visão dinâmica e estática do processo.....	53
31.	Classificação dos elementos do processo.....	54
32.	Objeto da execução	54
Capítulo IV – AS PARTES NO PROCESSO DE EXECUÇÃO (I)		57
33.	Conceito	57
34.	Legitimação ativa.....	58
35.	Legitimação ativa originária	59
36.	Litisconsórcio e assistência no processo de execução	60
37.	Legitimação ativa derivada ou superveniente	61
38.	Espólio	62
39.	Herdeiros e sucessores.....	63
40.	Momento da sucessão.....	64
41.	Cessionário.....	64
42.	Sub-rogado.....	66
43.	Situações especiais: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante....	68
44.	Terceiros interessados.....	68
45.	Desnecessidade de consentimento do executado para o exercício da legitimidade ativa superveniente	68
Capítulo V – AS PARTES NO PROCESSO DE EXECUÇÃO (II)		69
46.	Legitimação passiva	69
47.	O devedor.....	71
48.	O devedor em regime de recuperação judicial.....	71
49.	Successores.....	72

50.	O novo devedor	77
51.	Fiador judicial.....	79
52.	Fiador extrajudicial.....	79
53.	Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito	82
54.	Responsável tributário.....	83
55.	Denúnciação da lide.....	88
56.	Chamamento ao processo.....	89
57.	Litisconsórcio.....	92
58.	Intervenção de curador especial ao executado revel	93
Capítulo VI – CÚMULO DE EXECUÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL DO EXEQUENTE.....		95
59.	Cúmulo objetivo de execuções.....	95
60.	Cumulação sucessiva de execuções.....	97
61.	Cúmulo subjetivo	97
62.	Responsabilidade civil decorrente de execução indevida	98
63.	Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título	100
Capítulo VII – COMPETÊNCIA		103
64.	Juízo competente para a execução	103
65.	Execução de sentença	103
66.	Competência para execução de títulos extrajudiciais.....	104
67.	Competência para a execução fiscal	105
68.	Título executivo extrajudicial estrangeiro.....	106
69.	Competência para deliberação sobre os atos executivos e os atos de apoio à execução	106
70.	Competência internacional. Execução de sentenças e decisões interlocutórias estrangeiras	107
Capítulo VIII – REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO.....		111
71.	Pressupostos específicos da execução forçada	111
72.	Inadimplemento do devedor	112
73.	Inadimplemento em contrato bilateral.....	113
74.	Título executivo.....	114
75.	Conteúdo do título executivo	115
76.	Forma dos títulos executivos	117
77.	Execuções de dívida de pequeno valor perante Conselho de Classe.....	117

Capítulo IX – TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS	119
78. Execução de sentença e ação executiva	119
79. Impossibilidade de conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança	120
80. Posição do título executivo extrajudicial no atual regime processual brasileiro	120
81. Classificação.....	122
82. Títulos cambiários e cambiariformes	123
83. Duplicata	126
84. Boletim bancário.....	131
85. Registro fiscal das cambiais.....	131
86. Responsáveis cambiários	132
87. Título cambial prescrito	135
88. Cambial cedida a empresa de “factoring”	136
89. Documento público ou particular	137
90. Contrato com convenção arbitral	140
91. Confissões de dívida	141
92. O instrumento de transação referendado por conciliador ou mediador credenciado por tribunal	141
93. Hipoteca, penhor, anticrese e caução	142
94. Execução hipotecária	144
95. A execução hipotecária extrajudicial do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).....	146
96. Superposição de hipotecas sobre o mesmo imóvel.....	147
97. Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel.....	147
98. A hipoteca e a prescrição.....	148
99. Classificação das garantias	149
100. Fiança.....	150
101. Extensão da caução fidejussória	153
102. Seguros.....	154
103. Rendas imobiliárias.....	155
104. Encargos de condomínio.....	157
105. O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral.....	158
106. Dívida ativa da Fazenda Pública	158
107. Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e outras despesas devidas pelos atos por ela praticados.....	163
108. Títulos executivos definidos em outras leis	164
109. Decisões dos Tribunais de Contas	164

110. Contrato administrativo e nota de empenho	165
111. Cédulas de crédito rural	166
112. Outras cédulas de crédito	167
113. Títulos estrangeiros	169
114. Contrato de abertura de crédito	170
115. Conclusões	176
116. Invalidação do título executivo	177
Capítulo X - CERTEZA, LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO CONSTANTE DO TÍTULO EXECUTIVO	181
117. Requisitos da obrigação retratada no título executivo	181
118. Conceito de certeza, liquidez e exigibilidade.....	182
119. Liquidação dos títulos executivos	183
120. Iliquidez parcial da sentença.....	183
121. Prestações de trato sucessivo	184
121.1. Execução de aluguel provisório estabelecido em ação revisional	186
Capítulo XI - EXECUÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA.....	187
122. Procedimento da execução forçada	187
123. Observações sobre a petição inicial.....	188
124. Execução provisória de título extrajudicial	190
Capítulo XII - RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	193
125. Obrigação e responsabilidade.....	193
126. Responsabilidade e legitimação passiva para a execução	195
127. Responsabilidade executiva secundária	196
128. Sucessor singular	197
129. Sócio.....	199
130. Desconsideração da personalidade jurídica	202
131. Bens do devedor em poder de terceiros.....	204
132. Dívida de cônjuge ou companheiro: tutela da meação	204
133. Dívida do condomínio: responsabilidade dos condôminos.....	205
134. Fraude de execução.....	205
135. Bens objeto de ação fundada em direito real ou de pretensão reipersecutória (inciso I)	208
136. Bens vinculados a processo de execução (inciso II).....	209
137. Bens sujeitos à hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial (inciso III)	211
138. Alienação que produz ou agrava a insolvência do devedor, na pendência de processo (inciso IV).....	213

139.	Demais casos expressos em lei (inciso V).....	214
140.	Visão pretoriana atual da fraude de execução	216
141.	Fraude à execução e má-fé	218
142.	Momento de configuração da fraude à execução	219
143.	A fraude por meio de negócio financeiro	220
144.	A aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova à fraude de execução	221
145.	A posição do terceiro adquirente em face da execução	222
146.	Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica	224
147.	Fraude de execução e bem de família	225
148.	Penhorabilidade excepcional do bem de família	227
149.	Credor titular de direito de retenção	230
150.	Execução contra o fiador.....	230
151.	Falecimento do devedor.....	231
152.	Execução que tenha por objeto bem gravado com direito real de superfície..	232
153.	Execução que envolva o direito real de laje	233
154.	A Lei nº 13.097/2015 e a fraude à execução.....	234
155.	A defesa do responsável executivo secundário	234
Capítulo XIII – DISPOSIÇÕES GERAIS		239
156.	Normas do processo de conhecimento	239
157.	Ação declaratória incidental	241
158.	Poderes do juiz no processo de execução	242
159.	Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça.....	244
160.	Encargos da sucumbência: custas e honorários advocatícios	248
Capítulo XIV – AS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO		251
161.	Disposições gerais	251
162.	Direito de preferência gerado pela penhora	251
163.	Ampliação da tutela aos privilégios	255
164.	Documentação da petição inicial.....	255
165.	Outras providências a cargo do credor	257
166.	Prevenção contra a fraude de execução por meio de registro público.....	260
167.	Efeito da averbação	262
168.	Abuso do direito de averbação	262
169.	Petição inicial incompleta ou mal instruída	263
170.	Execução e prescrição.....	265
171.	Prescrição intercorrente	265
172.	A exceção de prescrição	266
173.	Nulidades no processo de execução	268

174. Imperfeição do título executivo.....	268
175. Falta de título executivo.....	268
176. Nulidade da execução fiscal.....	269
177. Vício da citação.....	270
178. Verificação da condição ou ocorrência do termo.....	271
179. A arguição das nulidades.....	272
180. Arrematação de bem gravado com direito real.....	273
181. Intimação de outros credores com penhora sobre os mesmos bens.....	275
182. Intimação de condômino em caso de penhora de cota de bem indivisível.....	276
183. Menor onerosidade na execução realizável por vários meios.....	276
184. Reação do executado à execução excessivamente onerosa.....	278
185. Peculiaridades da citação executiva.....	279
186. Despacho da petição inicial e recurso.....	280
Capítulo XV – EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA.....	281
187. Conceito.....	281
188. Entrega de coisa certa.....	282
189. Procedimento.....	283
190. Efeito dos embargos.....	285
191. Cominação de multa diária.....	286
192. Alienação da coisa devida.....	286
193. Execução da obrigação substitutiva.....	288
194. Iniciativa da conversão.....	291
195. Execução de coisa sujeita a direito de retenção.....	292
196. Casos especiais de execução para a entrega de coisa certa.....	293
197. Execução para entrega de coisa incerta.....	294
198. A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i>	295
199. Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa.....	296
200. Embargos de retenção.....	296
201. Medidas de coerção e apoio utilizáveis na execução do título extrajudicial ...	297
Capítulo XVI – EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER ...	301
202. Introdução.....	301
203. O problema da execução das prestações de fato.....	302
204. Fungibilidade das prestações.....	303
205. A multa como meio de coação.....	304
206. Distinções preliminares.....	306
207. Princípios comuns.....	307

208.	A sistemática de execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer.....	308
209.	Execução das prestações fungíveis.....	309
210.	Realização da prestação fungível por terceiro	310
211.	Inadimplência do terceiro contratante	312
212.	Realização da prestação pelo próprio credor.....	312
213.	Autotutela prevista no atual Código Civil.....	313
214.	Execução das prestações infungíveis	314
215.	Execução das prestações consistentes em declaração de vontade	315
216.	Execução das obrigações de não fazer.....	315
217.	Medidas sub-rogatórias e antecipatórias.....	316

Capítulo XVII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR SOLVENTE: GENERALIDADES.....	319
218. Introdução.....	319
219. Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados	320
220. O objetivo da execução por quantia certa.....	321
221. Espécies.....	322
222. Execução por quantia certa contra o devedor solvente.....	323
223. Proposição.....	323
224. Arbitramento dos honorários advocatícios antes da citação.....	325
225. Honorários em exceção de pré-executividade.....	328
226. Redução da verba advocatícia arbitrada.....	329
227. Majoração da verba advocatícia arbitrada	329
228. Arresto de bens do devedor não encontrado	329

Capítulo XVIII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR SOLVENTE: INSTRUÇÃO PELA PENHORA.....	333
229. Instrução.....	333
230. Penhora.....	334
231. Procedimento da penhora e avaliação.....	337
232. Realização prática da penhora.....	338
233. Natureza jurídica da penhora	339
234. Extensão da penhora.....	342
235. Razão da impenhorabilidade do capital de giro.....	345
236. Objeto da penhora: bens penhoráveis	347
237. Bens impenhoráveis	348
238. Noção de impenhorabilidade	349
239. Bens absolutamente impenhoráveis	349

239.1.	Os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução (art. 833, I).....	350
239.2.	Os móveis, os pertences e as utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado (art. 833, II)	351
239.3.	Os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor (art. 833, III).....	352
239.4.	Os vencimentos e outras verbas de natureza alimentar (art. 833, IV)	352
	239.4.1. Ressalva em prol dos créditos alimentícios	354
	239.4.2. Progressivas limitações à impenhorabilidade das verbas alimentares.....	354
239.5.	Os bens necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado (art. 833, V)	362
239.6.	O seguro de vida (art. 833, VI)	363
	239.6.1. Plano de previdência privada (pecúlio)	363
239.7.	Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se estas forem penhoradas (art. 833, VII)	364
239.8.	A pequena propriedade rural (art. 833, VIII).....	364
	239.8.1. A propósito das dimensões da pequena propriedade rural ...	366
	239.8.2. Impenhorabilidade da propriedade rural como bem de família.....	367
239.9.	Os recursos públicos recebidos por instituições privadas (art. 833, IX)	368
239.10.	A quantia depositada em caderneta de poupança (art. 833, X)	368
	239.10.1. Interpretação extensiva do inciso X para abarcar outras modalidades de aplicação financeira.....	369
239.11.	Os recursos públicos oriundos do fundo partidário (art. 833, XI)....	370
239.12.	Créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra (art. 833, XII).....	371
240.	Ressalva geral da impenhorabilidade	371
241.	Ressalva da impenhorabilidade em relação aos bens móveis úteis ou necessários ao produtor rural.....	372
242.	Impenhorabilidades previstas em leis especiais: o bem de família (Lei 8.009/1990).....	372
	242.1. Impenhorabilidade do bem gravado de alienação fiduciária em garantia (CC, art. 1.361, Decreto-Lei nº 911/1969)	376
	242.2. Impenhorabilidade dos bens vinculados às cédulas de crédito rural e industrial (Decreto-Lei nº 167/1967).....	378
	242.3. Impenhorabilidade de receita de espetáculos artísticos (Lei nº 9.610/1998).....	378
243.	Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal.....	378
244.	Renúncia à impenhorabilidade	379
245.	Bens relativamente impenhoráveis	380

246.	As quotas ou ações de sociedades empresariais	381
247.	Ilegalidade da penhora	384
248.	Remição da execução	385
249.	Limites da penhora	386
250.	Valor dos bens penhoráveis	387

Capítulo XIX – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE: PROCESSAMENTO DA PENHORA		389
251.	Nomeação de bens à penhora	389
252.	Falta de nomeação de bens na petição inicial	389
253.	Ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar	390
254.	Outras exigências a serem cumpridas na escolha dos bens a penhorar, por qualquer das partes	392
255.	Penhora de bens escolhidos pelo executado	394
256.	Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar	395
257.	Nomeação de bens pelo exequente	396
258.	Investigação patrimonial para viabilizar a penhora	396
259.	Situação dos bens a penhorar	398
260.	Bens fora da comarca	399
261.	Penhora pelo oficial de justiça	400
262.	Impedimentos e obstáculos à realização da penhora	401
263.	Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão	402
264.	Intimação da penhora	403
265.	Alienação antecipada dos bens penhorados	406

Capítulo XX – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR SOLVENTE: PENHORA E SUAS PARTICULARIDADES		409
266.	Particularidades da penhora de certos bens	409
267.	Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira	409
268.	Impenhorabilidade do saldo bancário	417
269.	Penhora de parte do faturamento da empresa executada	419
270.	Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento	422
271.	Penhora <i>on-line</i> e preservação do capital de giro da empresa	423
272.	Equiparação da penhora de mão própria à penhora de dinheiro	425
273.	Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge ou coproprietário não devedor	426
274.	Penhora de ações e quotas sociais	427
275.	Penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais	428
276.	Penhora de direitos e ações	429
277.	Penhora sobre créditos do executado	430
278.	Sub-rogação do exequente nos direitos do executado	431

279.	Penhora no rosto dos autos.....	432
280.	Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas	432
281.	Penhora de empresas, de outros estabelecimentos e de semoventes.....	433
282.	Penhora de edifícios em construção sob o regime de incorporação imobiliária.....	434
283.	Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público	435
284.	Penhora de navio ou aeronave.....	436
285.	Penhora de imóvel.....	436
286.	Penhora de imóvel e veículos automotores situados fora da comarca da execução	440
287.	Penhora de imóvel integrante do estabelecimento da empresa	441
288.	Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens. Reunião das execuções	442
	288.1. Intimações de outros exequentes com igual penhora	442
	288.2. Requisitos da reunião de execuções.....	443
289.	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	443
290.	Efeitos da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	446
291.	Modificações da penhora	447
292.	Substituição da penhora	448
293.	Substituição por iniciativa de qualquer das partes	449
294.	Substituição por iniciativa do executado	451
295.	Ausência de prejuízo para o exequente na substituição	452
296.	Menor onerosidade para o executado	452
297.	Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro	452
298.	Liberação da penhora por remição.....	455

Capítulo XXI – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: DEPÓSITO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PENHORADOS

		457
299.	Depósito dos bens penhorados	457
300.	Nomeação do depositário	459
301.	Depósito dos bens móveis, semoventes, imóveis urbanos e direitos aquisitivos sobre imóveis urbanos.....	460
302.	Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira.....	461
303.	Depósito em caso de penhora sobre joias, pedras e objetos preciosos	462
304.	Função do depositário	462
305.	Depositário comum e depositário administrador	465
306.	Direitos e deveres do depositário.....	465
307.	Ações sobre a posse e o domínio dos bens penhorados.....	466
308.	Responsabilidade do depositário	468
309.	Ação de depósito	468
310.	Ação de prestação de contas	469
311.	Ação de indenização	471

312.	Entrega de bens após a expropriação executiva	472
313.	Prisão civil do depositário judicial.....	473
Capítulo XXII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: A EXPROPRIAÇÃO		475
314.	Conceito	475
315.	Avaliação	477
316.	O encarregado da avaliação	477
317.	Laudo de avaliação.....	479
318.	Dispensa da avaliação.....	479
319.	Avaliação de bem imóvel.....	481
320.	Avaliação e contraditório	481
321.	Repetição da avaliação.....	481
322.	Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva	485
Capítulo XXIII – ADJUDICAÇÃO		487
323.	Introdução.....	487
324.	Conceito de adjudicação	487
325.	Requisitos da adjudicação	489
326.	Intimação do executado	489
327.	Depósito do preço	490
328.	Legitimação para adjudicar.....	490
329.	Adjudicação por credor.....	492
330.	Condições de admissibilidade da adjudicação por credor	493
331.	Adjudicação por cônjuge, companheiro, descendente ou ascendente do executado	494
332.	Adjudicação (remição) do bem hipotecado após o praxeamento	495
333.	Prazo para a adjudicação.....	496
334.	Concurso entre pretendentes à adjudicação.....	497
335.	Auto de adjudicação.....	499
336.	Aperfeiçoamento da adjudicação.....	500
337.	Invalidação ou desconstituição da adjudicação	500
338.	Carta de adjudicação	500
339.	Remição do imóvel hipotecado.....	501
340.	Efeito prejudicial da remição sobre a adjudicação.....	503
Capítulo XXIV – ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR		505
341.	As atuais dimensões da expropriação judicial através de alienação por iniciativa particular	505
342.	O preço mínimo para a alienação por iniciativa particular.....	507
343.	Formalização da alienação por iniciativa particular	509
344.	Carta de alienação.....	510

Capítulo XXV – ALIENAÇÃO EM LEILÃO JUDICIAL.....	511
345. Conceito de leilão judicial e arrematação	511
346. Natureza jurídica	511
347. Espécies de hasta pública e conteúdo dos editais.....	512
348. Leiloeiro público.....	516
349. Leilão eletrônico (particularidades)	518
350. Editais e outras divulgações da hasta pública.....	518
351. Intimação do devedor.....	519
352. Outras intimações	520
353. Adiamento da hasta pública.....	523
354. O leilão judicial.....	523
355. Legitimação para arrematar.....	525
356. Leilão de múltiplos bens.....	527
357. Forma de pagamento da arrematação	528
358. Auto de arrematação.....	529
359. Arrematação de imóveis.....	530
360. Oportunidade da proposta de arrematação a prazo.....	532
361. Requisitos mínimos da proposta.....	532
362. O cumprimento das prestações.....	534
363. Remédios contra os vícios da arrematação.....	534
364. Desistência da arrematação	537
365. Perda de eficácia da arrematação	537
366. Natureza da perda de efeitos da arrematação.....	542
367. Alienação de bens gravados com direitos reais em favor de terceiros	544
368. Procedimento para obtenção das medidas do art. 903 do CPC/2015.....	545
369. Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor.....	545
370. Arrematação em execução provisória de título extrajudicial.....	546
371. Carta de arrematação.....	546
372. Arrematação e remição da execução	549
373. Efeitos da arrematação.....	550
374. Evicção e arrematação	551
375. Vícios redibitórios	552
376. Ação anulatória da arrematação.....	553
377. Remição dos bens arrematados.....	554
378. Efeito prejudicial da remição sobre o ato expropriatório	555
379. Outros casos de remição de bens dados em garantia real	555
Capítulo XXVI – APROPRIAÇÃO DE FRUTOS E RENDIMENTOS	557
380. Modalidade especial de expropriação	557
381. Iniciativa	558

382. Pressuposto	558
383. Procedimento.....	558
384. Pagamento ao exequente.....	558

Capítulo XXVII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: PAGAMENTO AO CREDOR 559

385. Observações preliminares	559
386. Última etapa do processo de execução.....	560
387. Entrega do dinheiro	560
388. Levantamento a maior	562
389. O pagamento no caso de fiança bancária e seguro garantia judicial.....	562
390. Concurso de preferência sobre o produto da execução	562
391. Das preferências de direito substancial	567
392. O privilégio superespecial dos créditos trabalhistas e dos honorários de advogado.....	568
393. Disputa entre o cliente e o advogado no concurso de preferências.....	569

Capítulo XXVIII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: DÍVIDA DA FAZENDA PÚBLICA..... 575

394. Execução contra a Fazenda Pública.....	575
395. Procedimento.....	577
396. Defesa da Fazenda Pública.....	578
397. Julgamento	579
398. Opção entre execução e ordinária de cobrança contra a Fazenda Pública.....	582
399. Execução fiscal contra a Fazenda Pública.....	583
400. Execução contra entidade da Administração Indireta.....	583
401. Execução de obrigação de dar	584

Capítulo XXIX – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS EM MATÉRIA DE ALIMENTOS 587

402. Introdução.....	587
403. Execução autônoma da prestação alimentícia.....	587
404. Execução de alimentos fundada em título extrajudicial, segundo o CPC/2015	588
405. Averbação em folha de pagamento	589
406. Prisão civil do devedor	589
407. Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos	591

Capítulo XXX – A DEFESA DO DEVEDOR. INCIDENTES DA EXECUÇÃO.... 593

408. Resistência à execução.....	593
----------------------------------	-----

409. Outros meios impugnativos.....	595
410. Exceção de pré-executividade.....	596
411. Embargos e impugnação	603
412. Natureza jurídica dos embargos à execução	606
413. Classificação dos embargos do devedor.....	607
414. Legitimação.....	608
415. Autonomia dos embargos de cada executado	609
416. Competência.....	611
417. Generalidades sobre o processamento dos embargos	612
418. Segurança do juízo	614
419. Prazo para propositura dos embargos do devedor	615
420. Litisconsórcio passivo e prazo para embargar.....	617
421. Rejeição liminar dos embargos	618
422. Procedimento.....	623
423. A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios	624
424. Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé	626
425. Os embargos à execução e a revelia do embargado	627
426. Efeitos dos embargos sobre a execução	629
427. Atribuição de efeito suspensivo aos embargos	630
428. Embargos parciais	631
429. Embargos de um dos coexecutados.....	632
430. Embargos fundados em excesso de execução.....	632
431. Embargos à execução de sentença	633
432. Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento	634
433. Embargos de retenção por benfeitorias.....	634
434. Embargos à execução de título extrajudicial	635
435. Arguição de nulidade da execução	636
436. Vícios da penhora e da avaliação	637
437. Excesso de execução	638
438. Cumulação indevida de execuções	639
439. Retenção por benfeitorias	640
440. Defesas próprias do processo de conhecimento	641
441. Pagamento em dobro do valor cobrado indevidamente	642
442. Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução.....	643
443. Sucumbência nos embargos do devedor.....	644
444. Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação	645
445. Legitimação para a ação autônoma do art. 903, § 4º, do CPC/2015	646
446. Objeto da ação autônoma do art. 903, § 4º, do CPC/2015	646
447. A posição especial do arrematante	647
448. Sucumbência na exceção de pré-executividade	648

Capítulo XXXI – PARCELAMENTO JUDICIAL DO CRÉDITO EXEQUENDO...	651
449. Moratória legal.....	651
450. Requisitos para a obtenção do parcelamento	651
451. Procedimento do incidente.....	653
452. Indeferimento do parcelamento.....	654
453. Descumprimento do parcelamento	655
Capítulo XXXII – EMBARGOS DE TERCEIRO	657
454. Conceito	657
455. Objeto dos embargos	658
456. Legitimação ativa.....	659
457. Legitimação passiva	661
458. Valor da causa	661
459. Competência	662
460. Oportunidade	662
461. Julgamento e recurso	663
462. Procedimento.....	664
463. Efeitos dos embargos quando há deferimento da liminar	665
464. Efeitos do julgamento do mérito dos embargos.....	665
465. Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real.....	665
466. Sucumbência na ação de embargos de terceiro.....	666
Capítulo XXXIII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR INSOLVENTE: INSOLVÊNCIA CIVIL.....	669
467. Introdução.....	669
468. Execução coletiva e execução singular	669
469. Pressupostos da execução coletiva.....	670
470. Efeitos da declaração de insolvência.....	673
471. Características da execução coletiva.....	674
472. Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil.....	675
473. Insolvência de cônjuges	676
474. Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo.....	676
475. Caracterização da insolvência	678
476. Legitimação.....	679
477. Insolvência requerida pelo credor.....	681
478. Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio.....	686
479. Competência	689
480. Declaração judicial de insolvência.....	690
481. Atribuições do administrador da massa	692
482. Verificação e classificação dos créditos	694

483. Credores retardatários e credores sem título executivo	696
484. Quadro geral de credores	697
485. Apuração do ativo e pagamento dos credores	699
486. Encerramento e suspensão do processo	699
487. Saldo devedor	701
488. Extinção das obrigações	702
489. Concordata civil	704
490. Pensão para o devedor	705
491. Insolvência de pessoas jurídicas	705

Capítulo XXXIV – SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO. RECURSOS	709
492. Suspensão da execução	709
493. Suspensão prevista nos arts. 313 e 315 do CPC/2015	711
494. Suspensão provocada por embargos	714
495. Suspensão por inexistência de bens penhoráveis	715
496. Suspensão e prescrição intercorrente	715
497. A prescrição intercorrente e a jurisprudência do STJ anterior ao CPC/2015	719
498. Suspensão da execução e possibilidade de embargos do devedor	720
499. Suspensão da execução por falta de interessados na arrematação dos bens penhorados	721
500. Suspensão em razão do parcelamento do débito	721
501. Inocorrência de suspensão da execução por superveniência de ação cognitiva ...	722
502. Suspensão da execução em virtude de recuperação judicial	722
503. Suspensão da execução em virtude de liquidação extrajudicial	723
504. Suspensão da execução em virtude de consignação em pagamento	724
505. Suspensão da execução em razão do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	724
506. Suspensão da execução em virtude de falência do executado	725
507. Superposição de penhoras não acarreta suspensão da execução	725
508. Efeitos da suspensão	726
509. Extinção da execução	727
510. Outros casos de extinção da execução	730
511. Sentença de extinção	732
512. Extinção parcial da execução	734
513. Recursos no processo de execução	735
514. Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes	735
515. Efeitos dos recursos	737
516. Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação	738
517. Causas de alçada	739
518. Recursos extraordinário e especial	739

Capítulo XXXV – EXECUÇÃO FORÇADA E COISA JULGADA	741
519. Introdução.....	741
520. Processo de execução.....	741
521. Diferenças fundamentais entre o processo de conhecimento e o processo de execução	742
522. Execução forçada no atual direito brasileiro	744
523. Embargos à execução.....	746
524. Coisa julgada e estabilidade dos efeitos da execução forçada	749
525. Repetição do pagamento indevido	754
526. Jurisdição e execução.....	756
527. Opiniões de Carnelutti e Micheli	757
528. Preclusão “pro iudicato”	759
529. Execução injusta no CPC/2015	761
530. Conclusões	762
Capítulo XXXVI – EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA ...	765
531. Procedimento especial da execução fiscal	765
532. Simplificação da petição inicial.....	767
533. Despacho da inicial.....	767
534. Citação do devedor	767
535. Prescrição	768
536. Penhora.....	769
537. Remoção e substituição dos bens penhorados.....	770
538. Embargos do devedor	771
539. Expropriação.....	774
540. Arrematação.....	775
541. Adjudicação	775
542. Despesas processuais	776
543. Recursos	777

TÍTULO III

CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

Capítulo XXXVII – A EXECUÇÃO FORÇADA COM BASE EM TÍTULO JUDICIAL	779
544. As vias executivas no processo civil brasileiro	779
545. A execução como ofício normal do juiz.....	779
546. O cumprimento de sentença no CPC/2015.....	781
Capítulo XXXVIII – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA	783
547. A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados.....	783

548.	Cumprimento de sentença e contraditório.....	786
549.	Necessidade de requerimento do exequente	786
550.	Intimação do devedor.....	788
551.	Legitimação ativa e passiva. Devedores solidários.....	791
552.	Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças.....	791
553.	A possibilidade de execução com base em sentença declaratória	793
554.	A possibilidade de execução da sentença de improcedência da demanda.....	796
555.	Tutela interdital como padrão	799
556.	Defesa do executado	799
557.	Impugnação à validade dos atos posteriores ao prazo do art. 525	801
558.	Cumprimento por iniciativa do devedor	801
559.	O cumprimento forçado por iniciativa do devedor no caso de dívida de dinheiro.....	802
560.	Sucumbência.....	804
561.	Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo.....	807
562.	Requisito do requerimento de cumprimento da sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo.....	809
Capítulo XXXIX – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA RELATIVA ÀS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER		811
563.	Noção de obrigação de fazer e não fazer.....	811
564.	Execução específica e execução substitutiva.....	812
565.	Tutela específica.....	813
566.	Tutela substitutiva	815
567.	Medidas sub-rogatórias e antecipatórias no cumprimento de sentença.....	816
568.	Conversão em perdas e danos	819
569.	A multa (astreinte)	819
570.	Cumulação da multa diária com medida de execução específica.....	828
571.	Execução da multa	828
572.	Procedimento a observar na execução da multa.....	835
573.	Modificação da multa imposta	836
574.	Obrigações de não fazer	839
575.	Defesa do executado	840
576.	Encerramento do processo	841
Capítulo XL – EXECUÇÃO DA SENTENÇA QUE CONDENA AO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE DECLARAR VONTADE.....		843
577.	Execução das prestações de declaração de vontade.....	843
578.	Satisfação da contraprestação a cargo do exequente	845
579.	A execução das sentenças que condenam à declaração de vontade	846
580.	Algumas observações sobre o compromisso de compra e venda de imóveis....	847
581.	A natureza jurídica da sentença	848

Capítulo XLI – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA RELATIVA À OBRIGAÇÃO DE ENTREGA DE COISA	851
582. Noção de obrigação de dar (entrega de coisa).....	851
583. Histórico dos títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i>	851
584. Execução específica e execução substitutiva.....	854
585. Procedimento pós-sentença.....	855
586. Tutela substitutiva	856
587. Multa e outras medidas de apoio	857
588. Defesa do executado	858
589. Obrigação genérica	858
590. Retenção por benfeitorias	859
591. Encerramento do processo	861
Capítulo XLII – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA RELATIVA À OBRIGAÇÃO POR QUANTIA CERTA.....	863
592. Noção de obrigação por quantia certa	863
593. Cumprimento de sentença que reconhece o dever de pagar quantia certa....	863
594. Multa legal e honorários de advogado.....	865
595. Requerimento do credor	870
596. Intimação do devedor.....	871
597. Contagem do prazo para pagamento	873
598. Prazo de pagamento e litisconsórcio passivo.....	874
599. Penhora e avaliação.....	875
600. Inexecutividade do fiador e outros coobrigados.....	875
601. O procedimento executivo.....	876
602. Cumprimento de sentença e exceção de pré-executividade.....	878
603. Impugnação do executado	879
604. Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença	881
605. Atos executivos posteriores ao prazo legal da impugnação.....	897
606. O cumprimento da sentença e a prescrição.....	898
607. Casos particulares de prescrição e decadência.....	902
608. Impedimento ou suspeição do juiz.....	905
609. Executados com diferentes procuradores	905
610. Regra especial para a impugnação por excesso de execução, no tocante a obrigação de quantia certa.....	905
611. O problema da iliquidez da sentença	905
612. As decisões homologatórias de autocomposição e a defesa do executado.....	907
613. Procedimento da impugnação.....	907
614. Efeito da impugnação	907

615. Instrução probatória	908
616. Julgamento da impugnação. Recurso cabível	909
617. Coisa julgada no incidente de impugnação ao cumprimento de sentença	910
618. Suspensão do cumprimento de sentença em virtude de rescisória	911

Capítulo XLIII – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA 913

619. Evolução da execução por quantia certa fundada em sentença contra a Fazenda Pública	913
620. Generalidades do cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública	914
621. Procedimento.....	917
622. Defesa da Fazenda.....	920
623. Execução provisória contra a Fazenda Pública	922
624. Execução definitiva sob forma de precatório	924
625. Execução definitiva na modalidade “requisição de pequeno valor”	925
626. Sequestro de verbas públicas	926
627. Exceções ao regime dos precatórios	927
628. Autonomia do crédito de honorários sucumbenciais	929
629. Credores listisconsorciados	930
630. Possibilidade de fracionamento do precatório	931
631. Cessão e compensação no âmbito dos precatórios.....	932
632. Regime especial dos precatórios.....	933
633. Atraso no cumprimento dos precatórios	934
634. Procedimento para obtenção do precatório complementar.....	937

Capítulo XLIV – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS..... 939

635. Execução de prestação alimentícia	939
636. A ação de alimentos e a técnica de cumprimento da sentença	939
637. Procedimento específico de cumprimento da decisão que fixa alimentos.....	940
638. Disposições próprias do cumprimento da decisão que fixa prestação alimentícia.....	942
639. Sentenças de indenização por ato ilícito	949
640. Revisão, cancelamento, exoneração ou modificação do pensionamento	953
641. Pensionamento em salários mínimos.....	954

Capítulo XLV – TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS..... 957

642. Noções introdutórias	957
643. Medidas preparatórias especiais.....	960

644.	Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença ou decisão interlocutória estrangeira	960
645.	Encerramento do cumprimento de sentença	961
646.	Sentença condenatória civil	962
647.	Sentença condenatória contra a Fazenda Pública	965
648.	Nova visão dos efeitos da sentença declaratória	965
649.	Ação declaratória e prescrição.....	967
650.	Sentença penal condenatória	968
651.	Sentença homologatória de autocomposição e a defesa do executado	972
652.	Sentença arbitral.....	975
653.	Sentença estrangeira	976
654.	O formal e a certidão de partilha	979
655.	Crédito de auxiliar da justiça.....	980
Capítulo XLVI – Particularidades de alguns títulos judiciais		981
656.	Condenações a prestações alternativas.....	981
657.	Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo.....	981
658.	Requisito de admissibilidade da sentença condicional ou a termo	983
659.	Julgamento fracionado da lide.....	984
660.	Decisões proferidas em procedimento de tutela provisória	985
661.	Protesto da decisão judicial transitada em julgado.....	985
662.	Cumprimento parcelado da sentença.....	988
Capítulo XLVII – EXECUÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA.....		989
663.	Noções introdutórias	989
664.	Fundamentos da execução provisória	990
665.	Execução de título extrajudicial embargada.....	990
666.	Situação do tema no Código de 2015	991
667.	Normas básicas da execução provisória.....	993
668.	Casos de dispensa de caução	996
669.	Novas regras relativas ao cumprimento provisório	998
670.	Aplicação subsidiária das regras de cumprimento provisório de obrigação de quantia certa às obrigações de fazer, não fazer ou de dar	999
671.	Incidentes da execução provisória	999
672.	Processamento da execução provisória.....	1000
673.	Prazo para ajuizamento do cumprimento provisório da sentença.....	1001
Capítulo XLVIII – COMPETÊNCIA.....		1003
674.	Juízo competente para o cumprimento da sentença.....	1003
675.	Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença.....	1004

676. Execução dos honorários advocatícios sucumbenciais.....	1005
677. Competência opcional para o cumprimento da sentença	1006
678. Competência para cumprimento da sentença arbitral.....	1008
679. Competência para execução civil da sentença penal.....	1008
680. Competência internacional.....	1009
681. Direito intertemporal.....	1010
Capítulo XLIX – TÍTULO JUDICIAL ILÍQUIDO	1013
682. Sentença ilíquida	1013
683. Execução da sentença ilíquida.....	1013
684. Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais.....	1014
685. Casos de iliquidez da sentença	1015
686. Natureza jurídica da liquidação da sentença	1016
687. A liquidação e os honorários advocatícios.....	1018
688. Limites da liquidação.....	1020
689. Contraditório.....	1022
690. Iliquidez parcial da sentença.....	1022
691. Liquidação por iniciativa do vencido	1023
692. Recursos	1023
693. Liquidação frustrada.....	1024
693.1. Inviabilidade da liquidação de danos apenas hipotéticos.....	1026
694. Procedimentos possíveis	1026
695. Liquidação por cálculo	1027
696. Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos	1028
697. Memória de cálculo a cargo da parte beneficiária da assistência judiciária....	1029
698. Memória de cálculo aparentemente excessiva.....	1029
699. Liquidação por arbitramento.....	1030
700. Liquidação pelo procedimento comum	1032
701. A indisponibilidade do rito da liquidação	1034
702. Rescisão da decisão liquidatória.....	1035
Capítulo L – EXECUÇÃO DE AÇÕES COLETIVAS.....	1037
703. Histórico.....	1037
704. Direito material coletivo e direito processual coletivo.....	1038
705. Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública	1039
706. Ações coletivas possíveis após o CDC.....	1039
707. Coisa julgada.....	1043
708. Execução.....	1044
709. Execução coletiva por meio de sindicato ou associação	1046

Capítulo LI – DIREITO INTERTEMPORAL NA EXECUÇÃO E NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	1049
710. Introdução.....	1049
711. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa contra a Fazenda Pública.....	1050
712. Título executivo acrescido ao CPC/2015	1051
713. Alterações no procedimento do cumprimento de sentença.....	1052
714. Penhora <i>on-line</i>	1054
715. Invalidação da arrematação	1055
716. Protesto da decisão judicial transitada em julgado.....	1056
Bibliografia	1057
Índice Alfabético-Remissivo.....	1077